**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

30º SIMULADO OAB 2015.2

31 DE JULHO DE 2015

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h e encerramento às 12h. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:30hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 31/jul e extinguir-se-á às 13hs do dia 3/ago. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 5/ago.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 5/ago.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 31/jul | 9h - 12h | Simulado |
| 31/jul | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 3/ago | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 5/ago | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 5/ago | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. A Lei federal nº 11.079/04 instituiu normas gerais para licitações cujo objeto seja a contratação de parcerias público-privadas no âmbito da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. De acordo com essa lei, podem contratar parcerias público-privadas:**

(A) As entidades da Administração Direta e Indireta, exceto Autarquias;

(B) As entidades da Administração Direta e o Poder Legislativo;

(C) As entidades da Administração Direta e Indireta, exceto Sociedades de Economia Mista;

(D) As entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive as Oscips.

**2. São formas de intervenção restritiva do Estado na propriedade:**

(A) A desapropriação e a servidão administrativa;

(B) A servidão administrativa e a concessão de uso;

(C) A ocupação temporária e a servidão administrativa;

(D) A autorização de uso e a requisição administrativa.

**3. Os atos administrativos são manifestações unilaterais de vontade da Administração Pública, bem como de seus delegatários, nessa condição, que buscam produzir efeitos jurídicos para a satisfação do interesse público. São elementos do ato administrativo, exceto:**

(A) Competência;

(B) Forma;

(C) Delegação;

(D) Motivo.

**4. A Emenda Constitucional nº 19/98 introduziu no rol de princípios constitucionais que regem a atuação da Administração Pública, previsto no art. 37 da CRFB, a eficiência. Além desse princípio, estão expressamente previstos no caput do aludido art. 37:**

(A) Princípio da moralidade e da hierarquia;

(B) Princípio da legalidade e da supremacia do interesse público;

(C) Princípio da publicidade e da hierarquia;

(D) Princípio da publicidade e da impessoalidade.

**5. São penalidades disciplinares previstas no Estatuto que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos federais, à exceção da:**

(A) Advertência;

(B) Perda dos direitos políticos;

(C) Destituição de função comissionada;

(D) Destituição de cargo em comissão.

**6. Fazem parte da Administração Indireta:**

(A) Autarquias, Empresas Públicas e os Consórcios Públicos (quando pessoas jurídicas de Direito Público);

(B) Autarquias, Associações Públicas e Organizações Sociais;

(C) Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Organizações Sociais;

(D) Agências Reguladoras, Associações Públicas e Oscips.

**7. A Administração Pública, em regra, só pode contratar a execução de obras, a prestação de serviços e adquirir bens por meio de procedimento licitatório. O Município de Serra do Alto, cujo número de habitantes não ultrapassa 20.000, contratou de forma direta, sem licitação, a empresa “Super Limpa” para realizar a coleta de lixo domiciliar naquela municipalidade. O valor total do contrato pelo período de 12 meses é de R$ 6.300,00. Nessa situação, a contratação pode ser considerada:**

(A) Irregular, pois não foi precedida de licitação;

(B) Regular, pois a lei dispensa a realização de licitação para o serviço de coleta de lixo domiciliar;

(C) Irregular, porque a coleta de lixo domiciliar não é hipótese de inexigibilidade de licitação;

(D) Regular, porque o valor da contratação configura hipótese de dispensa de licitação.

**8. A avocação e a delegação são expressões de que Poder da Administração Pública?**

(A) Hierárquico;

(B) Disciplinar;

(C) De polícia;

(D) Poder-dever.

**9. A concessão patrocinada prevista na Lei de PPPs depende de autorização legislativa quando:**

(A) O valor estimado para a contratação for superior a R$ 20 milhões;

(B) Mais de 50% da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública;

(C) O valor estimado para a contratação for inferior a R$ 20 milhões;

(D) A Administração Pública for responsável pelo pagamento de mais de 70% da remuneração do parceiro privado.

**10. Podem incorrer em ato de improbidade administrativa:**

(A) Apenas os agentes públicos;

(B) Apenas os servidores públicos;

(C) Agentes públicos, servidores ou não, e qualquer terceiro que se beneficie, exceto pessoas jurídicas;

(D) Agentes públicos e terceiros beneficiados.

**Constitucional**

**11. Em relação ao controle de constitucionalidade brasileiro, é correto afirmar que:**

(A) Assim como ocorre na ADC e na ADI, ato normativo já revogado não pode ser objeto de ADPF.

(B) O atual posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal admite a fungibilidade entre a ADI e a ADO.

(C) É cabível ação rescisória contra decisão proferida ADI após o trânsito em julgado da decisão.

(D) Os efeitos da decisão procedente de uma ADI são *ex tunc* e erga omnes, não se admitindo exceções à regra legalmente instituída.

**12. No que tange aos “Remédios Constitucionais”, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) Embora apenas o cidadão tenha legitimidade para o ajuizamento da ação popular, o Ministério Público pode promover o respectivo prosseguimento do feito se houver desistência da ação por parte do autor.

(B) O descumprimento de decisões proferidas em mandado de segurança caracteriza crime de desobediência.

(C) O *Habeas corpus* pode ser impetrado em favor de pessoa jurídica.

(D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bastando, para se configurar essa representação, a existência de um único parlamentar na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, filiado ao partido.

**13. Em relação ao Poder Judiciário, é INCORRETO afirmar que:**

(A) Constitui função típica do Poder Judiciário a função jurisdicional.

(B) O presidente do Supremo Tribunal Federal exerce também a presidência do Conselho Nacional de Justiça.

(C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em sede de recurso ordinário, os mandados de segurança julgados em única instância pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal, quando denegatória a decisão.

(D) Os onze ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal devem ser bacharéis em ciências jurídicas.

**14. No que se refere à organização do Estado brasileiro, assinale a opção correta.**

(A) As regiões metropolitanas, que podem ser criadas pelos estados-membros, são dotadas de personalidade jurídica e administrações próprias.

(B) Os municípios detêm a denominada competência legislativa suplementar, podendo, portanto, suplementar, no que couber tanto a legislação federal quanto a estadual.

(C) É terminantemente vedado aos estados-membros e ao Distrito Federal (DF) legislar sobre matérias inseridas no âmbito da competência legislativa privativa da União.

(D) De acordo com o texto constitucional, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, fauna e direito do trabalho.

**15. Sobre as súmulas vinculantes, é correto afirmar que:**

(A) A arguição de descumprimento de preceito fundamental constitui instrumento adequado a viabilizar revisão ou cancelamento de súmula vinculante.

(B) A súmula será aprovada de ofício ou por provocação e deverá ocorrer mediante decisão de, no mínimo, um terço dos seus membros.

(C) O STF poderá elaborar o enunciado de súmulas apenas de ofício, mediante decisão de um terço dos seus membros, aprovar súmula que terá efeito vinculante.

(D) De acordo com a Constituição Federal a aprovação da súmula poderá ocorrer de ofício ou por provocação e deverá ocorrer mediante decisão de dois terços dos seus membros.

**16. No que se refere aos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:**

(A) É facultativa a diferença de salário, de critérios de admissão e de exercício de funções por motivo de sexo.

(B) O repouso semanal remunerado dos trabalhadores urbanos e rurais deverá ocorrer preferencialmente aos sábados e domingos.

(C) É permitida a tortura nas investigações criminais, desde que haja suspeita de crime inafiançável.

(D) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

**17. No que se refere aos direitos políticos e aos direitos da nacionalidade, assinale a alternativa correta:**

(A) Os brasileiros nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, registrados em repartição brasileira competente serão brasileiros natos e, portanto, não poderão ser extraditados.

(B) A Constituição Federal de 1988 dotou o analfabeto de capacidade eleitoral ativa e passiva.

(C) Caso o extraditando tenha filho brasileiro, sua extradição não será admitida.

(D) Podem ser extraditados, em determinadas circunstâncias, os brasileiros nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira que esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

**18. No que se refere ao direito à honra, constitucionalmente protegido, assinale a alternativa correta:**

(A) Uma pessoa jurídica pode pleitear na justiça indenização por danos materiais e morais no caso de violação à sua honra objetiva, representada por sua reputação e boa fama perante a sociedade.

(B) A honra e a imagem das pessoas são invioláveis, assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, mas não a indenização por dano material, moral ou à imagem decorrente de sua violação.

(C) O direito de resposta proporcional ao agravo não possui abrangência ampla, pois não se aplica a todas as ofensas, mas apenas aquelas de natureza penal.

(D) As pessoas jurídicas, por serem distintas das pessoas físicas, têm direito a indenização por danos materiais, mas não por danos morais.

**19. No capítulo das funções essenciais à Justiça, a Constituição da República de 1988 dispõe que:**

(A) É função institucional do MP promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

(B) À imunidade profissional do advogado não se podem aplicar restrições de qualquer natureza.

(C) A organização da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios será feita mediante decreto-lei.

(D) É facultado aos membros do Ministério Público exercer atividade político-partidária.

**20. Acerca dos direitos da nacionalidade, considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que:**

(A) Um brasileiro naturalizado pode vir a ser considerado brasileiro nato se residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, depois de atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

(B) É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

(C) Aos portugueses com residência permanente no país, serão atribuídos os direitos inerentes a brasileiro nato.

(D) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

**Deontologia**

**21. Acerca das disposições relativas a mandato judicial previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB, julgue os itens subseqüentes.**

**I - A revogação do mandato judicial por vontade do cliente desobriga-o do pagamento das verbas honorárias contratadas, sendo, em razão disso, retirado do advogado o direito de receber eventuais honorários de sucumbência.**

**II - Tanto o mandato judicial quanto o extrajudicial devem ser outorgados coletivamente aos advogados que integrem a sociedade de que façam parte e exercidos no interesse do cliente, respeitada a liberdade de defesa.**

**III - Os mandatos judicial e extrajudicial não se extinguem pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.**

**Assinale a opção correta.**

(A) Apenas o item I está certo;

(B) Apenas o item III está certo;

(C) Apenas os itens I e III estão certos;

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

**22. De acordo com a Lei nº 8.906/94, um dos requisitos para o advogado se candidatar a um cargo de conselheiro seccional é ter mais de 5 anos de profissão.**

**Em relação ao tema “Eleições e Mandatos”, conforme o Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como segundo o Regulamento Geral do EAOAB, marque a resposta correta:**

(A) Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término quando o titular faltar, sem justo motivo, a cinco reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do Conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados, podendo, entretanto, ser reconduzido no mesmo período de mandado.

(B) Extinto qualquer mandato, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.906/94, cabe ao Conselho Federal escolher o substituto, caso não haja suplente.

(C) A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de outubro do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos.

(D) O mandato em qualquer órgão da OAB é de 3 anos, iniciando-se em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo no Conselho Federal.

**23. O Estatuto da Advocacia e da OAB, no art. 45, diz que os órgãos da OAB são: Conselho Federal, Conselhos Seccionais, Caixa de Assistência dos Advogados e as Subseções.**

**No que diz respeito aos órgãos da OAB, assinale a alternativa correta:**

(A) É da competência do Conselho Seccional decidir o pedido de inscrição no quadro de advogados e estagiários.

(B) Em nenhuma hipótese pode o Conselho da Subseção receber pedido de inscrição nos quadros de advogados e estagiários, instruir e emitir parecer prévio, mesmo que para posterior decisão do Conselho Seccional.

(C) Compete privativamente ao Conselho Federal criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.

(D) Compete privativamente ao Conselho Seccional fixar a tabela de honorários advocatícios, válida para todo o país.

**24. Roberto da Costa, advogado inscrito há mais de 8 anos na OAB/BA, foi contratado por uma empresa bancária para desempenhar a atividade de advogado do aludido banco. A respeito do tema, o Estatuto da Advocacia traz algumas regras. Marque a alternativa que se adéqua a essas regras:**

(A) O salário mínimo profissional do advogado será fixado pelo Conselho Seccional da OAB.

(B) A relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional, visto que um dos requisitos caracterizadores do vinculo empregatício é a subordinação.

(C) As horas trabalhadas que excederem a jornada normal de trabalho são remuneradas por um adicional não superior a 100 % sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

(D) As horas trabalhadas no período das 20 horas de um dia até as 5 horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de 25 %.

**25. Em relação aos direitos dos advogados assegurados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como em relação ao entendimento do STF, marque a alternativa incorreta.**

(A) Constitui direito do advogado, exercer com liberdade, a profissão em todo o território nacional, exigindo-se, em alguns casos, a inscrição suplementar.

(B) É direito do advogado ter vista de autos de processo findos, mesmo sem procuração pelo prazo de 10 (dez) dias, via de regra.

(C) Constitui direito do advogado, ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

(D) É direito do advogado sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa pelo prazo de 15 minutos, salvo se prazo maior for concedido.

**26. Em relação às infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.**

(A) Prescreve em dez anos a pretensão punitiva contra advogado pela prática de infração punível com exclusão da advocacia.

(B) O advogado que mantém sociedade de advocacia em violação às normas do Estatuto da Advocacia e da OAB pratica uma infração disciplinar punível com censura.

(C) O estagiário não se submete às penalidades do estatuto do advogado, devendo a pena recair exclusivamente sobre o advogado responsável por seu treinamento.

(D) A pena de censura pode ser convertida em advertência, que ficará registrada nos assentamentos funcionais do advogado.

**27. Um dos temas regulamentados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB é sobre os honorários advocatícios. À luz da Lei Federal 8.906/94 (EAOAB), bem como à luz do Código de Ética e Disciplina é correto afirmar que:**

(A) A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados e aos honorários fixados por arbitramento judicial apenas.

(B) Os honorários advocatícios devem necessariamente ser parcelados em três vezes, sendo 1/3 no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.

(C) Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

(D) O Código de Ética e Disciplina permite que o advogado contrate honorários advocatícios através de notas promissórias.

**28. Marcos Meira, advogado regularmente inscrito na OAB/PR, descobriu que seu potencial cliente, João, omitira-lhe o fato de já ter constituído o advogado Anderson para a mesma causa.**

**Na situação apresentada, supondo-se que não se trate de medida judicial urgente e inadiável nem haja motivo justo que desabone Anderson, Paulo deve:**

(A) recusar o mandato, de acordo com imposições éticas, haja vista a existência de outro advogado já constituído;

(B) denunciar João ao Conselho Federal por litigância de má-fé;

(C) notificar Anderson por intermédio da Comissão de Ética e Disciplina da OAB para que este se manifeste no prazo de quinze dias corridos e, caso Anderson não se manifeste, continuar defendendo os interesses de João em consonância com os preceitos éticos da advocacia;

(D) denunciar Anderson ao Tribunal de Ética da OAB por omissão culposa, estando este sujeito a censura.

**29. No tocante à sociedade de advogados, assinale a opção correta.**

(A) A sociedade de advogados pode associar-se com advogados apenas para participação nos resultados, sem vínculo de emprego;

(B) Com o falecimento do sócio que dava nome à sociedade de advogados, o conselho seccional deverá notificar de imediato os demais sócios para a alteração do ato constitutivo, independentemente de previsão de permanência do nome do sócio falecido;

(C) Os advogados associados não respondem pelos danos causados diretamente ao cliente, sendo essa responsabilidade exclusiva dos sócios do escritório;

(D) Ainda que condenado judicialmente por dano causado a cliente, o advogado não deverá sofrer qualquer sanção disciplinar no âmbito da OAB.

**30. José Carlos Gondim, advogado devidamente inscrito na OAB/ES, tem uma causa no estado do Rio de Janeiro. No dia 17 de maio de 2011, durante uma audiência realizada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, praticou uma infração disciplinar de natureza leve. Acerca do processo disciplinar na OAB, marque a alternativa incorreta:**

(A) A decisão condenatória irrecorrível deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o a representado tenha a inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos.

(B) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

(C) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante a Subseção, quando competirá a está julgar o advogado e aplicar a punição cabível.

(D) O prazo para a defesa prévia pode ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do relator.

**Direito e Processo Penal**

**31. Marque a resposta correta. O tipo penal compõe-se:**

(A) somente de elementos normativos e subjetivos;

(B) somente de elementos descritivos e subjetivos;

(C) somente de elementos normativos e descritivos;

(D) de elementos normativos, subjetivos e descritivos.

**32. No Direito Penal, no conflito aparente de normas, quando se evidencia a ocorrência de um crime-meio para a caracterização de um crime-fim, a questão vem solucionada pelo princípio da:**

(A) insignificância;

(B) consunção;

(C) eventualidade;

(D) verdade real.

**33. Marque a opção correta:**

(A) o agente público que se utiliza de carro público para lazer pratica crime de peculato de uso;

(B) o furto se consuma com a inversão da posse da coisa de forma tranquila, ainda que passageira. Com a saída da coisa da esfera de vigilância da vítima;

(C) no latrocínio, se a morte da vítima se verifica, mas a subtração da coisa fica na tentativa, o crime não chega a se consumar;

(D) caso o agente se utilize de documento falso para a prática de estelionato, responderá sempre pelo concurso material dos dois crimes.

**34. Em atenção ao entendimento doutrinário e jurisprudencial, marque a alternativa correta:**

(A) a interceptação de comunicações telefônicas somente pode ser usada em investigação criminal ou instrução processual penal, não podendo servir em ações civis;

(B) o emprego de arma de brinquedo também qualifica o crime de roubo;

(C) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe intenso sofrimento físico ou mental, motivado por discriminação política é crime de tortura, assim definido em lei;

(D) o exercício da ação penal depende de finalização do inquérito policial.

**35. Assinale a alternativa correta.**

(A) Uma banda de reggae que, em suas músicas, incentiva o uso de *cannabis sativa* ("maconha") não pratica crime algum, haja vista o princípio constitucional da liberdade de expressão.

(B) O fato de o administrador público deixar de ordenar o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei é mera infração administrativa, não caracterizando nenhum crime previsto no Código Penal Brasileiro.

(C) Quem remarca número de chassi de automóvel pratica o crime de falsidade ideológica.

(D) O crime de corrupção passiva se consuma com a mera solicitação, independentemente da obtenção da vantagem solicitada.

**36. Recebendo *noticia criminis* de crime em que a ação penal depende de representação, a Autoridade Policial, depois de lavrar boletim de ocorrência, deve:**

(A) instaurar o inquérito policial e aguardar a representação da vítima ou seu representante legal.

(B) instaurar o inquérito policial e intimar a vítima ou seu representante legal para oferecer a representação.

(C) aguardar a representação para instaurar o inquérito policial.

(D) remeter o boletim de ocorrência ao Ministério Público para ser colhida a representação da vítima ou seu representante legal.

**37. Considere:**

**I. Representação do ofendido.**

**II. Requisição do Ministro da Justiça.**

**III. Inquérito policial.**

**É considerada condição de procedibilidade da ação penal pública condicionada o que se afirma APENAS em:**

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II e III.

**38. Assinale a alternativa correta.**

(A) De acordo com o entendimento dominante, no flagrante provocado evidencia-se a presença de um terceiro, chamado “agente provocador”.

(B) Flagrante impróprio é quando existe um abuso na prisão, sendo considerado ilegal.

(C) Flagrante esperado e flagrante preparado são sinônimos.

(D) A prisão temporária pode ser decretada após recebida a denúncia, mas sempre por decisão fundamentada do Juiz.

**39. Em tema de competência, envolvendo crime de médio potencial ofensivo, de ação penal exclusivamente privada, o querelante poderá preferir:**

(A) o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração;

(B) o foro de domicílio ou da residência do ofendido, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

(C) o foro de domicílio ou da residência das testemunhas, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

(D) o foro de domicílio ou da residência do perito, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

**40. Marque a alternativa correta, com relação aos sujeitos da relação processual:**

(A) Ao órgão do Ministério Público incumbirá prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força pública.

(B) O juiz dar-se-á por suspeito e não poderá exercer a jurisdição no processo em que ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(C) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

(D) A suspeição poderá ser declarada e reconhecida mesmo quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

**Empresarial**

**41. A respeito do capital autorizado, assinale a afirmativa correta.**

(A) O estatuto pode prever os casos ou as condições em que os acionistas não terão direito de preferência para subscrição.

(B) A autorização para aumento do capital social pode ser conferida à diretoria da companhia, que pode ser competente para deliberar sobre as emissões.

(C) O estatuto pode prever a emissão de partes beneficiárias ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado.

(D) Somente os estatutos de companhias fechadas podem conter autorização para aumento de capital social, independentemente de reforma estatutária.

**42. Lavanderias Roupa Limpa Ltda. (“Roupa Limpa”) alienou um de seus estabelecimentos comerciais, uma lavanderia no bairro do Jacintinho, na cidade de Maceió, para Caio da Silva, empresário individual. O contrato de trespasse foi omisso quanto à possibilidade de restabelecimento da “Roupa Limpa”, bem como nada dispôs a respeito da responsabilidade de Caio da Silva por débitos anteriores à transferência do estabelecimento.**

**Nesse cenário, assinale a afirmativa correta.**

(A) O contrato de trespasse será oponível a terceiros, independentemente de qualquer registro na Junta Comercial ou publicação.

(B) Caio da Silva não responderá por qualquer débito anterior à transferência, exceto os que não estiverem devidamente escriturados.

(C) Na omissão do contrato de trespasse, Roupa Limpa poderá se restabelecer no bairro do Jacintinho e fazer concorrência a Caio da Silva.

(D) Não havendo autorização expressa, “Roupa Limpa” não poderá fazer concorrência a Caio da Silva, nos cinco anos subsequentes à transferência.

**43. A respeito das diferenças existentes entre as sociedades anônimas abertas e fechadas, assinale a afirmativa correta.**

(A) A companhia será aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão sejam admitidos ou não à negociação no mercado de bolsa ou de balcão.

(B) As companhias abertas poderão emitir partes beneficiárias, opções de compra de ações e bônus de subscrição.

(C) O estatuto social de uma companhia fechada nunca poderá impor limitações à circulação das ações ordinárias, mas poderá fazê-lo em relação às ações preferenciais.

(D) As ações ordinárias e preferenciais de uma companhia aberta poderão ser de uma ou mais classes.

**44. A respeito do processo de falência, assinale a afirmativa correta.**

(A) As restituições em dinheiro determinadas por sentença judicial poderão ser realizadas antes do pagamento de qualquer crédito.

(B) Os créditos ao serem classificados, os créditos com garantia real terão preferência sobre os créditos tributários, independentemente do valor do bem dado em garantia.

(C) Os créditos decorrentes das remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares serão pagos com preferência em relação aos credores concursais.

(D) Os credores remanescentes da recuperação deverão habilitar seus créditos na falência, em qualquer hipótese, quando da convolação da recuperação judicial em falência**.**

**45. Leia o trecho a seguir.**

**Companhia cuja totalidade das ações em que se divide o capital pertence a uma sociedade brasileira.**

**Essa definição refere-se à:**

(A) sociedade de propósito específico.

(B) sociedade em conta de participação.

(C) sociedade limitada.

(D) subsidiária integral.

**Direito e Processo Civil**

**46. “Os fiadores continuam responsáveis pelos débitos locatícios posteriores à prorrogação legal da locação por prazo indeterminado se concordaram expressamente com essa possibilidade no contrato de fiança adjeto ao de locação e não se exoneraram na forma prevista em lei (art. 1500 do CC/16 e art. 835 do CC/02.” (STJ, 3ª Turma, REsp 1412372/SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julg. 07/04/2015, DJe 15/04/2015) Com relação à fiança, assinale a alternativa incorreta.**

(A) A obrigação do fiador passa aos herdeiros; mas a responsabilidade da fiança se limita ao tempo decorrido até a morte do fiador, e não pode ultrapassar as forças da herança.

(B) O fiador pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais, e as extintivas da obrigação que competem ao devedor principal, se não provierem simplesmente de incapacidade pessoal, salvo o caso do mútuo feito a pessoa menor.

(C) Se for invocado o benefício da excussão e o devedor, retardando-se a execução, cair em insolvência, ficará exonerado o fiador que o invocou, se provar que os bens por ele indicados eram, depois da penhora, insuficientes para a solução da dívida afiançada.

(D) O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se, sem consentimento seu, o credor conceder moratória ao devedor.

**47. “Enseja dano moral a conduta do hospital que exige do filho cheque caução para o custeio do tratamento emergencial da mãe - o que, hoje, configura crime punido com detenção e multa -, e realiza o depósito do título no dia seguinte, antes mesmo de a paciente receber alta, causando a indevida devolução por ausência de provisão de fundos.” (STJ, 3ª Turma, REsp 1297904/RS, Min. Nancy Andrighi, julg. 07/08/2014, DJe 19/08/2014) Diante de uma crise de apendicite aguda de Afrodite, o filho, Eros, assina um cheque caução exigido pelo Hospital como condição para dar início ao atendimento de emergência da mãe. Diante da situação apresentada podemos afirmar que ocorreram dois vícios de consentimento:**

(A) Coação e estado de perigo.

(B) Erro e dolo.

(C) Dolo e simulação.

(D) Coação e Fraude contra devedores.

**48. Assinale e alternativa incorreta. O que caracteriza o contrato de venda em consignação, também denominado pela doutrina e pelo atual Código Civil de contrato estimatório (arts. 534 a 537), é que:**

(A) A propriedade da coisa entregue para venda não é transferida ao consignatário e que, após recebida a coisa, o consignatário assume uma obrigação alternativa de restituir a coisa ou pagar o preço dela ao consignante.

(B) Os riscos são do consignatário, que suporta a perda ou deterioração da coisa, se exonerando da obrigação de pagar o preço se restituição da coisa for impossível.

(C) Se o consignatário vendeu as mercadorias entregues antes da decretação da sua falência e recebeu o dinheiro da venda, inclusive contabilizando-o indevidamente, deve devolver o valor devidamente corrigido ao consignante.

(D) A arrecadação da coisa não é fator de obstaculização do pedido de restituição em dinheiro quando a alienação da mercadoria é feita pelo comerciante anteriormente à decretação da sua quebra.

**49. Apesar de apresentarem naturezas jurídicas distintas, tanto a passagem forçada, regulada pelos direitos de vizinhança, quanto a servidão de passagem, direito real, originam-se em razão da necessidade/utilidade de trânsito, de acesso. No tocante ao direito de servidão, marque a alternativa incorreta.**

(A) Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.

(B) Se o prédio dominante estiver hipotecado, e a servidão se mencionar no título hipotecário, será dispensável, para a cancelar, o consentimento do credor.

(C) O dono do prédio serviente tem direito, pelos meios judiciais, ao cancelamento do registro, embora o dono do prédio dominante lho impugne quando o titular houver renunciado a sua servidão.

(D) Se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pela reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa.

**50. Nos termos do Código Civil o partido político tem natureza de:**

(A) associação civil;

(B) autarquia;

(C) pessoa jurídica de direito público;

(D) pessoa jurídica de direito privado.

**51. No tocante à prova testemunhal o Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.**

(A) São incapazes de depor o interdito por demência e o menor de 16 (dezesseis) anos.

(B) São impedidos de depor o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consangüinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público, ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova, que o juiz repute necessária ao julgamento do mérito.

(C) São suspeitos de depor o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença, e o que, por seus costumes, não for digno de fé.

(D) Sendo estritamente necessário, o juiz ouvirá testemunhas impedidas ou suspeitas, e os seus depoimentos serão prestados após o regular compromisso.

**52. Na contestação da ação de consignação em pagamento o réu poderá alegar, exceto:**

(A) Foi justa a recusa.

(B) Houve mora em receber a quantia.

(C) O depósito não se efetuou no lugar do pagamento.

(D) O depósito não é integral.

**53. Em uma audiência realizada por um juízo cível, o juiz indeferiu a oitiva de testemunha arrolada por Luis. Inconformado com a decisão, poderá Luis:**

(A) Opor agravo retido.

(B) Efetuar protesto oral.

(C) Interpor agravo de petição.

(D) Interpor agravo de instrumento imediatamente.

**54. A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça afirma estar correto no tocante à ação monitória, exceto:**

(A) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.

(B) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

(C) Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.

(D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública.

**55. Uma das características da ação possessória consiste na possibilidade de o réu, na contestação, pugnar pela proteção possessória. Isso ocorre porque essa espécie de ação é considerada:**

(A) especial

(B) dúplice

(C) pessoal

(D) reipersecutória

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. “A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece legitimidade à fixação de percentuais mínimos de atendimento no caso de serviços essenciais, com o objetivo de amenizar os prejuízos causados à população durante a paralisação dos trabalhadores, já que estas greves não atingem apenas os empregadores, mas também à sociedade. Independentemente da classificação da greve (abusiva ou não), o descumprimento de ordem judicial implica a incidência e aplicação da multa fixada como "astreintes", salvo se afastada a responsabilidade da entidade profissional.” (TST, Seção Especializada em Dissídios Coletivos,RO 10256-90.2013.5.12.0000, Rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, julg. 13/04/2015, DEJT 22/05/2015). De acordo com Lei de Greve, nº 7.783/1989, são considerados serviços ou atividades essenciais, exceto:**

(A) Distribuição e comercialização de livros.

(B) Funerários.

(C) Controle de tráfego aéreo.

(D) Compensação bancária.

**57. Em uma norma autônoma coletiva, os sindicatos acordaram a supressão do tempo destinado ao intervalo intrajornada. Pode-se afirmar que a norma:**

(A) está correta, pois a CF/88 garantiu a autonomia dos entes sindicais para a flexibilização das leis trabalhistas, devendo ser respeitada como norma autônoma.

(B) está correta, pois acompanha dispositivos que garantem a supremacia das normas autônomas, com guarida constitucional, uma vez que é atribuição dos sindicatos a tutela do meio ambiente do trabalho de seus sindicalizados.

(C) não poderá prevalecer por não ter especificação da supressão do intervalo, com indicativo, também em norma autônoma de pagamento de um plus remuneratório.

(D) não poderá prevalecer, pois a previsão do intervalo intrajornada constitui norma heterônoma de ordem pública, não podendo ser suprimida por norma autônoma.

**58. “O legislador pretendeu que as férias fossem gozadas pelo empregado de forma contínua, sem interrupção, a fim de que atingisse sua finalidade, que é permitir a sua ausência prolongada no local de trabalho, de modo que possa ter garantida a sua higidez física e mental. São normas que têm como finalidade maior a proteção da saúde do trabalhador.” (Notícias do TST de 14/05/2015) Com relação as férias, marque a alternativa incorreta:**

(A) É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo legal.

(B) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

(C) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.

(D) Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinqüenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

**59. “Um ex-vendedor de uma loja TNG em Belo Horizonte será ressarcido de todo o dinheiro que gastou com roupas da empresa. Ele conseguiu provar que era obrigado a comprar as peças para usar durante o expediente. De acordo com testemunhas do processo, o gerente da loja teria dito que "não caia bem não usar roupas da loja".” (Notícias do TST de 10/07/2015) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:**

(A) A alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

(B) Os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço.

(C) A educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

(D) seguros de vida e de acidentes pessoais.

**60. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:**

(A) Até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.

(B) Até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento;

(C) Por 10 (dez) dias, em caso de nascimento de filho.

(D) Por 1 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

**61. No tocante à execução trabalhista, assinale a alternativa errada.**

(A) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio Juiz competente.

(B) Garantida a execução ou penhorados os bens, os embargos poderão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação.

(C) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não-pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

(D) Concedido parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o devedor juntará aos autos a comprovação do ajuste, ficando a execução da contribuição social correspondente suspensa até a quitação de todas as parcelas.

**62. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.**

(A) Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

(B) Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.

(C) Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

(D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a orientação jurisprudencial ou súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal

**63. Em conformidade com a jurisprudência consolidada do C. Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa incorreta no tocante à competência.**

(A) Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

(B) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecado.

(C) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas.

(D) A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.

**64. Durante uma audiência trabalhista o juiz indefere o depoimento pessoal requerido por uma das partes. Nessa hipótese, a medida processual capaz de mudar o resultado será:**

(A) o agravo de instrumento.

(B) o agravo retido.

(C) os embargos de defesa.

(D) o recurso ordinário.

**65. No tocante ao instrumento de mandato, assinale a alternativa em desconformidade com a jurisprudência consolidada do C. TST.**

(A) É inválido o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica que não contenha, pelo menos, o nome do outorgante e do signatário da procuração, pois estes dados constituem elementos que os individualizam.

(B) A juntada de nova procuração aos autos, sem ressalva de poderes conferidos ao antigo patrono, implica revogação tácita do mandato anterior.

(C) A juntada da ata de audiência, em que consignada a presença do advogado, desde que não estivesse atuando com mandato expresso, torna dispensável a procuração deste, porque demonstrada a existência de mandato tácito.

(D) É admissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, desde que mediante protesto por posterior juntada.

**Direito Tributário**

**66. Quando houver decisão administrativa, anulando o lançamento efetuado pelo Fisco por vício formal, passa a correr prazo:**

(A) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data do lançamento originalmente efetuado pelo Fisco.(B) prescricional de 05 (cinco) anos, contados da data em que o lançamento fiscal foi anulado.(C) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data que tornar definitiva a decisão que anulou o lançamento por vício formal.(D) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data do fato gerador do tributo.

**67. Não será expedida a certidão positiva de débitos com efeitos de negativa quando:**

(A) os débitos forem objeto de execução fiscal na qual foi apresentada apenas exceção de pré-executividade.(B) o auto de infração que constituiu o crédito tributário for impugnado pelo contribuinte, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.(C) os débitos estiverem incluídos no parcelamento.(D) o contribuinte tiver efetuado o depósito do montante integral dos débitos.

**68. Sobre os Impostos de Importação e Exportação, é correto afirmar que:**

(A) podem ser instituídos ou aumentados no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que os instituiu ou aumentou.(B) só podem ser aumentados ou instituídos por força do princípio constitucional da anterioridade, no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei que os aumentou ou instituiu.(C) só podem ser aumentados ou instituídos no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da lei que os aumentou ou instituiu.(D) por serem tributos chamados “extra-fiscais”, podem ser aumentados e instituídos por decreto, desde que com vigência a partir do exercício financeiro seguinte ao de publicação do decreto que os aumentou ou instituiu.

**69. Assinale a alternativa correta.**

(A) A responsabilidade do contribuinte é excluída pela denúncia espontânea da infração, desde que acompanhada do pagamento do tributo devido, da multa punitiva e dos juros de mora.(B) Jamais haverá exclusão da responsabilidade do contribuinte que praticou infração fiscal, mesmo que ingresse com denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.(C) A responsabilidade do contribuinte é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depender de apuração.(D) Mesmo com o início de qualquer procedimento administrativo fiscal, como a lavratura do Termo de Início de Fiscalização, a responsabilidade do Contribuinte será excluída pela denúncia da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

**70. No que se refere ao Imposto sobre a Renda, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) A Constituição Federal determina que o Imposto sobre a Renda será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.(B) A incidência do Imposto sobre a Renda independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.(C) Contribuinte do Imposto sobre a Renda é o titular da disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou de proventos de qualquer natureza.(D) A lei não pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo Imposto de Renda cuja retenção e recolhimento lhe caibam.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |